

BRASIL

Das Sucursais e dos Correspondentes



● Santillo não concorda com o simples repasse de encargos aos estados. Ele não acredita, por exemplo, que a União buscará impor servidores dos órgãos que serão extintos. E a soberania?



● O governador Miguel Arraes despachou o seu secretário de Planejamento para Brasília. Junto com outros colegas de pasta, ele fará avaliação das consequências da nova realidade orçamentária



● Com um orçamento para 89 de cerca de Cz\$ 3,5 tri, Orestes Quercia tem pouco a lamentar com o repasse de encargos da União. Segundo o secretário de Planejamento, quem mais perde são os estados dependentes

OPERAÇÃO DESMONTE

Fantasma do caos assusta governadores

O impacto da Operação Desmonte nos estados não se fez esperar: tão logo tomaram conhecimento dos detalhes do plano, adiantados domingo passado por este jornal, governadores e secretários demonstraram forte preocupação, temendo que se instale o caos em suas administrações a partir de janeiro, quando entra em vigor o novo Orçamento Geral da União.

Com exceção de São Paulo, Rio e Distrito Federal, as demais unidades da Federação sabem que não receberão grandes somas de recursos com a reforma tributária da Constituinte e, para piorar a situação, não terão de imediato como executar os novos encargos transferidos pelo Governo Federal, no rastro da Operação Desmonte. Para complicar, ninguém tem certeza de quanto vai perder ou ganhar.

"A Operação Desmonte é uma atitude terrorista, para pressionar a Constituinte", ataca o governo do Pará, que se diz "muito preocupado". Mas vê virtudes na nova realidade orçamentária, lembrando que ela fortalece o federalismo pretendido pelos constituintes. E já se prepara, através de projetos de lei e mesmo do treinamento de pessoal, para receber os novos encargos.

Com uma receita própria estimada em 9 bilhões de dólares para 1989 (cerca de Cz\$ 3,5 trilhões, dependendo do câmbio), São Paulo não tem maiores preocupações com o desmonte federal, uma vez que depende pouco de recursos da União para executar obras. O governador Orestes Quercia preocupa-se é com a queda do ICM e a proibição de contrair empréstimos ou emitir títulos. O Ministério da Fazenda calcula que São Paulo será o Estado mais beneficiado com a reforma.

Nas regiões mais pobres, como o Nordeste, a situação é outra: eles vão receber poucos recursos novos e perderão bilhões de cruzados em repasses, contrapartidas e mesmo verbas a fundo perdido (que não precisam ser pagas). Como gastam quase

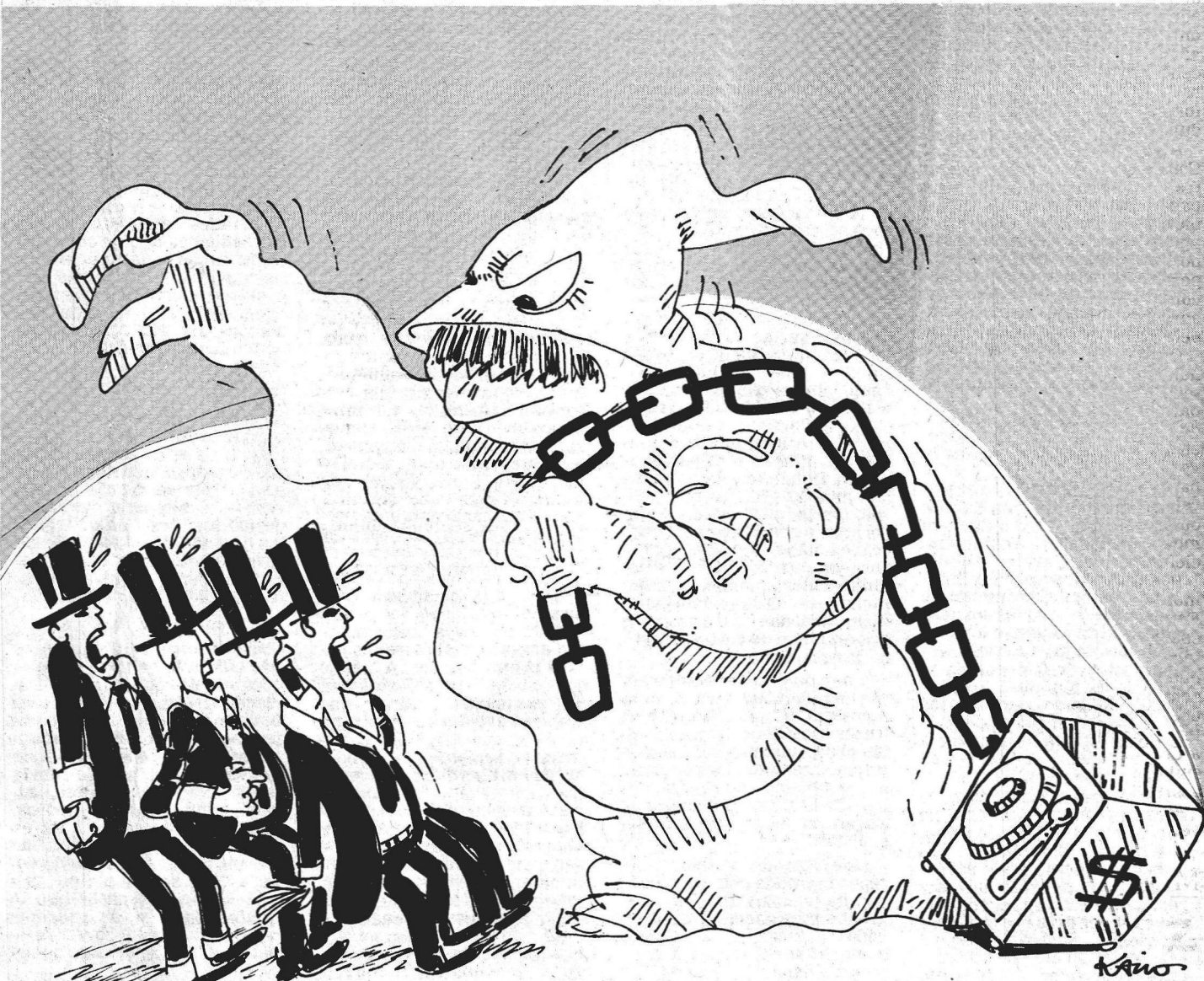
tudo com funcionalismo, engordado pelo clientelismo político, dificilmente terão como atender aos novos encargos como saúde, saneamento básico, estradas e habitação.

"Isto é um absurdo", reage o governador Tarcísio Burty, da Paraíba, dizendo que não tem a mínima condição de arcar com os novos encargos. "Será um desastre financeiro, com obras paralisadas e falta de recursos até para funcionários, com os quais o Estado gasta Cz\$ 3 bilhões". Apesar do recado do presidente José Sarney na quinta-feira, o governador promete aumentar as pressões políticas contra as transferências de encargos.

O mais curioso disso tudo é que, no primeiro turno de votação, não houve um único governador ou prefeito que viesse a Brasília reclamar de sua bancada um exame mais cuidadoso da reforma tributária, pela qual a União perde 17,6 por cento de sua receita, ou 4 bilhões de dólares pelos preços de junho último. Os constituintes também enfiaram a cabeça na areia e não quiseram assumir o risco da impopularidade de colocar na Carta a transferência de encargos, acompanhando a retirada parcial da receita.

Agora, com a divulgação pelo CORREIO BRAZILIENSE, há uma semana da íntegra dos cortes, com nomes de projetos e valores, a preocupação que antes se restringia aos ministérios chegou a todos os estados e aos municípios. Ninguém sabe quanto vai receber a mais, nem quando — mas já tem uma idéia do que vai deixar de receber da União e, também, dos novos encargos que terão a partir da promulgação da nova Constituição.

Os correspondentes do CORREIO ouviram governadores e secretários nas capitais, descobrindo que pouquíssimos já estão se preparando para trabalhar dentro da nova realidade orçamentária.



ACRE

Temor às atribuições

"Pelo menos a curto prazo o Acre não tem a mínima condição de assumir as atribuições que estão sendo repassadas pela União aos estados, pois pelo que se pode perceber, com a reforma tributária deverão aumentar os recursos do Fundo de Participação dos Estados, mas diminuirão os outros repasses federais. E o aumento do FPE pode não ser suficiente, a situação dos estados poderá ficar pior do que já está, e como enfrentar a Operação Desmonte? Além disso, a arrecadação própria do Acre é de apenas Cz\$ 200 milhões, recursos estes que têm que ser somados aos repasses federais — cerca de Cz\$ 1,3 bilhão — para cobrir a folha de pagamento dos servidores estaduais".

Foi o que afirmou o secretário de Planejamento do governo, Mauro Bittar, ao referir-se à reforma tributária da Constituinte e ao novo orçamento da União para 89, com sua operação desmonte. Ele garante, porém, que o governo acreano não é contra a Operação Desmonte, por ser favorável à atualização e até a municipalização da maioria dos serviços públicos. Mas acha que esta medida tem que ser tomada com bastante cautela, paulatinamente e com a participação dos estados.

Segundo Mauro Bittar, o governo está preocupado com a questão, mas aguarda a aprovação da Constituinte para ver como o Estado poderá adaptar-se à nova realidade tributária.

ALAGOAS

Fuga de atribuições

O governador Fernando Collor, que defende a reforma tributária como "vital à sobrevivência dos estados e municípios", teme que a Operação Desmonte revele, no final, a fuga de responsabilidade do Governo Federal. Na sua opinião, os estados e municípios aceitam mais encargos, "desde que a União, de fato e na prática, abra mão do seu incrível poder centralizador".

Collor espera que, ao contrário de outras decisões importantes, como aconteceu com as ZPE's, "esse tipo de mudança passe por uma ampla discussão, da qual participem não apenas os membros do Congresso Nacional como também os governadores e os prefeitos, aos quais serão atribuídos maiores responsabilidades a partir do próximo exercício".

Na Secretaria de Planejamento, os técnicos já traba-

ham para adaptar o orçamento do próximo ano à nova realidade tributária. Há, entretanto, falta de informações que possibilitem o fechamento de uma proposta dentro da sistemática brasileira espelhada na nova Carta, principalmente depois da ideia da Operação Desmonte, lançada esta semana.

O secretário de Planejamento em exercício, Moisés Aguiar, não acredita em ganhos reais para os estados nordestinos. Os benefícios, segundo ele, serão carreados para os estados do Centro-Sul. Quando à Operação Demonte, Aguiar acha que ela absorverá todos os ganhos correspondentes aos 17 por cento a mais que a União repassará aos estados e municípios.

AMAZONAS

Medidas revistas?

O poder de pressão dos estados levará o Governo Federal a recuar em algumas medidas contidas na Operação Desmonte, que irão prejudicar sensivelmente os estados e municípios. Esta é a opinião do secretário da Fazenda, Ozias Monteiro, que dá apoio à maioria das medidas que devem ser adotadas pela União a fim de que esta se adapte ao novo sistema tributário aprovado pela nova Constituição.

Mas existem medidas, como por exemplo a extinção da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) e Superintendência da Borracha (Sudhevea), que devem ser revistas, segundo Ozias Monteiro.

Para Ozias, o orçamento traçado pelo governo se constitui "numa boa forma de se tentar administrar o País", longe de ser uma espécie de resposta do Governo Federal em função do novo sistema tributário. Ele acredita que os estados e municípios saberão administrar com responsabilidade os recursos da arrecadação, assegurando um gerenciamento à altura dos programas sociais mantidos pela União. E uma questão só de adaptação ao novo sistema tributário, pelo qual os estados e municípios terão mais autonomia".

O secretário explica que somente depois das medidas concretizadas é que os estados e municípios poderão fazer uma avaliação dos programas hoje tocados pelo Governo.

BAHIA

Perda de Cz\$ 48bi

O secretário de Planejamento da Bahia, Jairo Simões, já fez os cálculos: o Estado deixará de receber do Governo Federal Cz\$ 48,8 bilhões, de

1988 a 1991, somente para aplicação no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e projetos de irrigação, entre outros, com a Operação Desmonte.

Jairo Simões disse que o que mais preocupa é a forma exclusivista como o assunto está sendo tratado, sem a participação dos estados e municípios. Ele citou como uma das preocupações a suspensão dos repasses do Finsocial e PIS/PASEP ao BNDES, que hoje destina estes recursos para projetos sociais.

Outra apreensão é com relação ao Fundo Rodoviário Nacional, através do qual a União recebe hoje 40 por cento do Imposto Único sobre Lubrificante Líquido e Gasoso, ficando os estados e municípios com os 60 por cento restantes. Com a reforma tributária, a União deixará, a de receber essa parcela, inviabilizando a manutenção das estradas federais pelo DNER.

Não preocupa menos a possibilidade de extinção de órgãos públicos. O fim da Embrater, por exemplo, representará a extinção da Empresa de Extensão Rural da Bahia (Ematerba).

CEARÁ

Contando prejuízos

O Estado do Ceará não terá condições de assumir os encargos da União, com a Operação Desmonte, segundo afirmou o secretário de Planejamento, Antônio Rocha Magalhães, para quem as despesas com esses novos itens repassados pela União serão maiores que a receita proveniente dos 17 por cento da receita total da União para os estados, conforme definiu a

Constituinte.

O secretário admitiu que o Ceará terá prejuízos com a Operação Desmonte, porque parte dos recursos das obras desenvolvidas no Estado tem origem nos convênios e projetos entre o Estado e a União. Ele explicou que, além dos recursos que recebe mensalmente do Governo Federal, através das transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que no mês de julho somaram Cz\$ 2,5 bilhões, o Estado obtém recursos para sua receita em negociação com os ministérios. Essa parcela negociada representa 30 por cento da receita total do Estado.

Entretanto, o secretário admitiu que a União só tinha essa saída para compensar a diminuição de 17 por cento da sua receita para o próximo ano, segundo determinou a Constituinte. Ele acha que a questão da redução do déficit público tem mais importância nesse contexto, pelo que essas medidas devem contar com o apoio da sociedade.

Sobre a decisão do governo de transferir as obras de recuperação das rodovias para os estados, o secretário do Planejamento ressaltou que vai haver disparidades entre os estados, em virtude da frota de veículo de cada um e que é responsável pela geração do imposto sobre combustíveis.

E. SANTO

Perda na área social

A Operação Desmonte, promovida pelo presidente José Sarney, e a reforma tributária proposta pela nova Constituição federal favorecem o Espírito Santo, conforme obteve o secretário de Plane-

jamento, Alvaro Azeredo. Com os recursos a fundo perdido o Estado está realizando poucas obras. Nos últimos 12 meses o Governo Federal repassou aos capixabas cerca de Cz\$ 800 milhões, a fundo perdido, para serem aplicados nas obras de conclusão da terceira ponte, que ligará a ilha de Vitória ao município de Vila Velha.

As mudanças promovidas na Operação Desmonte por Sarney, segundo Azeredo, têm pouca interferência na administração estadual. "Nós não somos um Estado que goza de grandes benefícios financeiros do Governo Federal. E também não temos grandes contrapartidas por parte do Governo Federal para pagamento de empréstimos externos", salientou Azeredo.

O secretário da Fazenda, Albuino Azeredo, acrescenta que o prejuízo efetivo do Estado será apenas na área social e de saneamento básico, onde a contrapartida do Governo Federal é grande.

GOIÁS

Defesa da soberania

O governador Henrique Santillo não concorda com o simples repasse de encargos aos estados, como decorrência da chamada Operação Desmonte. No caso de servidores públicos, por exemplo, ele não acredita que a União buscará impor os funcionários dos órgãos que serão extintos às administrações estaduais, sem a aquiescência dos governadores, "pois isso seria mesmo uma violação da soberania dos estados".

Explicou que em órgãos como a Emater, o peso da folha de pagamento já recai sobre o

Estado, ficando a Embrater com o repasse de alguns recursos para custeio e investimento. Santillo entende, ainda, que "se os governadores ficarem entre aqueles que defenderam a reforma tributária, devem, agora, mantendo a coerência, adaptar seus orçamentos e programas ao novo sistema". Ressalta, contudo, que em todo este processo os governadores deverão ser chamados para acertos com o Governo Federal.

Por sua vez, o secretário de Planejamento, Fernando Sáfate, não vê nenhum comprometimento no plano de obras do governo de Goiás. Segundo ele, os recursos para financiamento de grandes obras não têm origem nas transferências de recursos do Governo Federal para estados e municípios, mas são financiados pelo BNDES, Caixa Econômica Federal e outros agentes, inclusive contratação de recursos no exterior.

Destacou, no entanto, que os cortes do Governo Federal para investimentos na área social, como educação, saúde, saneamento etc., vão prejudicar, substancialmente, o governo de Goiás. Explicou que o que secretários de Planejamento de todos os estados vão obter com a reforma tributária é o que vai ser anulado em relação a esse ganho, com a transferência de encargos, hoje nas mãos da União, para os estados e municípios.

Revelou que no fórum de Secretários de Planejamento todos vão trabalhar na formulação do orçamento dos estados para 1989 com o indicador de inflação de 600 por cento para o próximo período. Lembrou que Goiás projetou uma inflação de 120 por cento para 1988 e nos primeiros meses do ano o orçamento já estava batido.

MARANHÃO

Mudança de mentalidade

Embora não saiba ainda se o Estado terá ou não condições de arcar com um repasse de despesa em igual montante ao que a União vai liberar por conta da reforma tributária, o secretário da Fazenda, José Sousa, acredita que isso dependerá da administração dos governos. Desde o início, porém, mostrou-se favorável à mudança dizendo que a partir do próximo orçamento unificado a mentalidade do País terá que mudar e limitar seus gastos e investimentos à própria arrecadação.

A seu ver, dessa forma, os prefeitos e governadores corruptos ficarão mais obrigados a prestar contas ao município e quase sem condições de desviar verbas dos convênios e projetos especiais. "Cada um deve se responsabilizar por uma parte desse bolo tributário. Os estados e municípios vão ter que se adaptar à nova

realidade e a União terá que aumentar a arrecadação, através do desempenho da receita federal".

Como ele, também o governador Epitácio Cafeteira mantém-se alerta para o aumento dos encargos, mas otimista com os novos rumos que os governos tomarão em 89. Cafeteira, que vem concordando com todas as ideias do presidente Sarney, acha que se não houver repasse o Brasil ficará ingovernável. Contudo, tanto um como outro luta para que o governo aprove um projeto em discussão que obriga as empresas a declararem seus impostos nos locais onde instalaram filiais para facilitar o cálculo do repasse dos fundos de participação.

MATO GROSSO

Tratamento diferenciado

Mato Grosso está preocupado com a Operação Desmonte no orçamento geral da União para 1989 e a opinião do secretário da Fazenda, Framarion Pinheiro, é a de que o que vai ser repassado nas áreas de saúde, educação, transportes e agricultura aos estados, pelo Governo Federal, para enfrentar a transferência de recursos que a Constituinte determinou, será maior que os 17 por cento que a receita estadual vai ganhar com a reforma tributária.

Segundo ele, o estado não terá condições de assumir os novos encargos previstos e a intenção é pedir à União um tratamento diferenciado porque Mato Grosso está em fase de expansão de suas potencialidades e necessita de investimentos do poder público.

Pinheiro salientou que Mato Grosso está sendo desbravado como fronteira agrícola e para alcançar a meta de produzir 65 milhões de toneladas de grãos precisa dispor de infraestrutura. Lembrou que o Estado vem absorvendo um contingente migratório do sul e sudeste do País que alivia a demanda por serviços públicos naquelas regiões mas passa a exigir imediatamente energia, estrada, escola, postos de saúde de Mato Grosso. "Temos 1.200 novos núcleos rurais se formando em todo o Estado e cidades novas como Alta Floresta, Colider e Juína que sofrem deficiências de infraestrutura urbana e de serviços", exemplificou.

O secretário disse que está adaptando as finanças estaduais ao próximo orçamento federal porque sabe que este será oneroso para os estados, principalmente os da região Centro-Oeste. Quanto à receita atual, já deficitária. A previsão é de arrecadar até o final deste ano Cz\$ 32 bilhões de ICM, que serão acrescidos de Cz\$ 13 bilhões do Fundo de Participação dos Estados, no período de janeiro a dezembro de 1988.

BRASIL

Das Sucursais e dos Correspondentes

M.G. DO SUL

Operação Remonte

Enquanto o Governo Federal promover a Operação Desmonte, o governo de Mato Grosso do Sul prepara-se para a Operação Remonte. O governador Marcelo Miranda está preocupado, a princípio, com a consequência do Estado atender todos os serviços, obras, projetos e programas, uma vez que a máquina ainda não está estruturada para receber tantos encargos, embora reconheça que a medida fortalece os governos estaduais e a Federação.

A reforma tributária da Constituinte, que aumenta entre 17 e 20 por cento a participação dos estados e municípios na receita da União, agrada mas, ao mesmo tempo, preocupa o governador, porque não sabe o quanto vai contar para atender aos encargos que serão absorvidos pela Operação Desmonte.

O secretário adjunto de Planejamento, Levy Arnos Monteiro, advertiu que os estados, particularmente Mato Grosso do Sul, deveriam absorver os encargos gradualmente, uma vez que nenhum tem estrutura para dar assistência à área rural, saúde, construção de rodovias, escolas e outros, mesmo que os recursos sejam suficientes.

Para Levy, a Operação Remonte, a ser promovida pelo Estado, envolve também a contratação de pessoal e adaptação do orçamento de órgãos públicos, que não estão em condições de absorver mais encargos. Levy indaga se a transferência de recursos que a Constituinte determinou é o suficiente para o Estado dar assistência a esses setores? A questão é preocupante, asseverou.

MINAS GERAIS

Saúde sem recursos

Minas Gerais certamente não terá condições de assumir os encargos com obras públicas, serviços essenciais, projetos e programas de desenvolvimento como quer o Governo Federal com a chamada Operação Desmonte, provocada pela nova organização tributária em aprovação pela Constituinte e que vai reduzir a concentração de receita nas mãos do Governo Federal.

Na Secretaria da Fazenda de Minas foram feitas várias tentativas para se conhecer por antecipação, os pontos principais da Operação Desmonte mas sem sucesso, segundo assessores diretos do secretário Luiz Fernando Welisch. Mesmo assim, com base nos informes publicados na imprensa, foram feitos alguns levantamentos dos valores que serão repassados da arrecadação de impostos e dos gastos que serão obrigatórios para o Estado e a conclusão é desalentadora.

Segundo os técnicos da Secretaria da Fazenda, somente no setor de controle das rodovias federais que cortam o Estado de Minas, o problema será terrível. Um levantamento preliminar mostra que enquanto serão repassados cerca de Cz\$ 6 bilhões para a manutenção das estradas federais e de pessoal, os gastos também repassados serão de Cz\$ 80 bilhões por ano.

Segundo um dos assessores da Secretaria da Fazenda, o exemplo das estradas pode ser transportado para todos os demais setores, uns mais outros menos, mas nenhum com possibilidade de equilíbrio entre o repasse de verbas e a necessidade de gastos.

A preocupação maior é com o setor de saúde que, numa projeção otimista, teria efeitos de calamidade se passasse para a responsabilidade total do Estado. Segundo os mineiros, a União vai perder com o repasse, mas o volume distribuído não será suficiente e não tem maior significado.

PARÁ

Encenação política

O governo do Pará não está muito preocupado com a prometida Operação Desmonte anunciada pelo governo Sarney. Segundo os técnicos da Secretaria da Fazenda, essa operação teria um impacto, em valores de 87, de cerca de Cz\$ 800 milhões, o que, na verdade, não representa grande sangria nos cofres do Estado. O Pará já vem assumindo há muito os encargos do Governo Federal e um exemplo disso foi a campanha nacional de vacinação contra a paralisia infantil: a única contribuição do governo foi a doação das vacinas, que por sinal foram doadas pelo Rotary Club Internacional, cabendo aos estados a responsabilidade pelo transporte e todas as outras despesas.

As autoridades da área eco-

nômica do governo do Pará acreditam que a ameaça da Operação Desmonte é mais uma atitude terrorista do poder central, com a intenção de pressionar a Constituinte. Para o secretário da Fazenda, Frederico Monteiro, o choro maior da União é pela perda do poder político, hoje totalmente centralizado. Frederico Monteiro acha que a grande virtude do novo sistema tributário é justamente fazer com que o federalismo passe a existir de fato, permitindo que os estados tenham a possibilidade de resolver seus problemas sem a necessidade de recorrer a Brasília com o pires na mão.

A adaptação do Estado ao novo sistema tributário já vem sendo estudada em nível nacional, com a preparação de uma minuta de anteprojeto de lei complementar que permite adequar os sistemas estaduais à nova realidade, inclusive com treinamento de pessoal até dezembro, para que, em janeiro, a administração possa funcionar com os novos parâmetros.

PARAÍBA

Governador vê "absurdo"

"O governo da Paraíba não tem a mínima condição de arcar com nenhum ônus que lhe seja repassado pelo Governo Federal, inclusive de repartições federais, cuja transferência é prevista nesta Operacão Desmonte, como foi chamada a tentativa de realizar profundos cortes no Orçamento Geral da União para o próximo ano. Na realidade, trata-se de um absurdo, por exemplo, procurar fechar a Emater, que ajuda sobretudo os pequenos agricultores — e todos sabemos que os pequenos agricultores constituem a maioria absoluta dos proprietários rurais do Nordeste, e, conseqüentemente, da Paraíba".

Este foi o desabafo do governador Tarcísio Burty, a propósito da "mexida geral" que o governo central pretende dar no orçamento da União para o ano de 1989. O governador não quis nem entrar na consideração de que a reforma tributária votada pela Constituinte transfere aos estados e municípios cerca de 17,5 por cento dos recursos federais. Burty também afirmou que está se mobilizando, tanto em termos de bancada federal, como em relação a outros governadores, com vistas a um trabalho político que impeça a aprovação das medidas pelo Congresso, se for o caso.

Na área econômica do Governo da Paraíba, uma comissão especial de técnicos já está fazendo as contas e reallizando projeções com vistas a examinar, matematicamente, qual será o comprometimento (ainda maior do que o atual) das finanças estaduais caso efetive-se a anunciada transferência de encargos. Secretários da área econômica não querem ainda se manifestar, mas nos corredores das secretarias de planejamento e das finanças já se tem como certo que este será um desastre financeiro de proporções inauditas para a Paraíba.

PARANÁ

Estudo seletivo

O secretário do Planejamento, Francisco Borja Magalhães, considera cedo ainda para se fazer um estudo detalhado de quanto será necessário para o Estado fazer frente aos gastos previstos para 1989, diante da nova realidade orçamentária da União. "Primeiro precisamos ter um conhecimento profundo do que será regulamentado pela nova Constituição e qual será efetivamente a ação da União em relação aos estados", entende Magalhães.

O secretário do Planejamento aceita a proposta do Governo Federal, para combater o déficit público, reduzindo as despesas, mas entende que é necessário fazer um estudo seletivo para cada Estado. Igualmente, o governador Alvaro Dias vem pedindo medidas urgentes e concretas do governo no combate ao déficit público. "Precisamos de medidas competentes, reduzindo sim o custeio, eliminando o desperdício e cortando principalmente determinadas gorduras da estrutura pública como subsídios, incentivos fiscais e corte de pessoal, reestruturando a administração pública", afirma o governador.

O Estado está trabalhando dentro de uma margem de 10 a 20 por cento — do previsto de 17 por cento da nova reforma tributária —, pois ainda terá que repassar o aumento de cinco por cento do ICM para os municípios, atualmente em 20 por cento. Por hora, a Secretaria do Planejamento já trabalha na confecção do orçamento para 89, mas com valores de maio, quando a inflação prevista era de 18 por cento ao mês, o que não ocorreu nos dois últimos meses.

PERNAMBUCO

Crítica a "desacertos"

"O Governo Federal quer repassar os custos de sua dívida interna e de seus desacertos para os estados e municípios", reagiu o secretário do Planejamento de Pernambuco, Cláudio Marinho, alarmado ante a impossibilidade de o Estado bancar o ônus resultante da Operação Desmonte, de conseqüências desastrosas em áreas como as de saúde, educação e agricultura.

Só no item agricultura, o desastre maior, no aspecto econômico e social, é o que vai ocorrer com o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), o qual, ante os cortes no orçamento de 89, sofrerá uma sangria de Cz\$ 50 bilhões, anteriormente assegurados através do Banco Mundial. Assim, a receita do PAPP fica inteiramente inviabilizada, uma vez que os repasses de recursos do Banco Mundial só são efetuados mediante contrapartida do governo brasileiro, agora cortada, não tendo o Estado condições de bancar esta contrapartida.

O secretário chama a atenção também para o impacto relacionado com a reforma tributária, de apenas oito por cento em Pernambuco. "Se o governo corta 30 por cento a fundo perdido, as margens de transferências são negativas socialmente", observa Marinho.

Já o governador Miguel Arraes, crítico contumaz da política econômica do atual governo — para ele inaceitável por penalizar segmentos da população mais carente — já despachou seu secretário de Planejamento para Brasília, onde, nesta semana, junto a outros colegas de Pasta, — todos "em estado de alerta" — fará uma avaliação das conseqüências da Operação Desmonte.

PIAUI

Emater ameaçada

O Piauí já começou a se preparar para conviver com mais dinheiro e também mais despesas. O secretário de Planejamento, Francisco Pereira, informou que o Estado está se antecipando à nova realidade orçamentária e já deu início a um programa de reordenação administrativo e financeiro.

— Hoje, o Estado teria extremas dificuldades para encampar os encargos que serão transferidos juntamente com os novos repasses da União. O Piauí teria maiores dificuldades exatamente porque a Operação Desmonte não tem uma preocupação distributiva. Os estados têm tratamento igual, sem se levar em conta as suas condições econômicas diferentes — colocou.

O secretário de Planejamento acha que a União vai sobrecarregar os estados, "que não terão condições de absorver os encargos a curto prazo". No Piauí, ele cita como exemplo o caso delicado da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), que sobrevive de transferências de verbas da Embrater (em vias de extinção) e de empréstimos externos via Banco Mundial para o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

Desde já, Francisco Pereira está consciente de que o Piauí, como os demais estados, terá que se desdobrar para conter os seus gastos e ao mesmo tempo elevar a receita, de forma a poder fazer frente às suas novas responsabilidades. O secretário admitiu que os preparativos do governo do Piauí para enfrentar a nova realidade financeira são tímidos, mas argumentou que "ainda aguardamos uma definição concreta sobre essa questão em nível federal".

O governador Alberto Silva ainda não se pronunciou sobre o assunto.

R. DE JANEIRO

Disputa difícil

O governo do Estado do Rio ainda não conseguiu avaliar os efeitos que teriam sobre a administração estadual a efetivação da chamada Operação Desmonte, que pretende repassar para os executivos estaduais e municipais todos os encargos com serviços, projetos, obras e outros programas. Não avaliou em números, porque, como admite o secretário de Planejamento, Victório Bhering Cabral, sem uma compensação para esse corte haverá fatalmente prejuízos para os investimentos em estradas, escolas etc.

A verdade é que a Operação Desmonte apanhou o governador Moreira Franco já em uma disputa difícil, em torno dos recursos federais para a implantação de um pólo petroquímico no Estado. Essa luta mobilizou até mesmo a articulação entre as secretarias econômicas mais diretamente envolvidas e as bancadas fluminenses de diversos partidos, para uma ação política mais decisiva.

"Estamos acompanhando de perto todo o processo. Se a transferência de recursos for compensada de outras formas, será perfeitamente sustentável pelo Estado do Rio; de outra forma, não. Cabe ao Governo Federal decidir, mas tudo tem de ficar mesmo é nos seus limites", enfatiza o secretário.

A expectativa é de que, na confirmação do ambicioso plano de corte de gastos públicos, o Estado do Rio simplesmente dê continuidade a uma mobilização política já articulada em torno da reivindicação do pólo petroquímico, onde disputa a preferência dos

investimentos federais com o Rio Grande do Sul. Hoje, os dados da Secretaria de Planejamento indicam que, da receita estadual de Cz\$ 600 bilhões prevista para este ano, cerca de Cz\$ 130 bilhões referem-se a títulos, financiamentos e outros recursos federais.

Somente a partir da semana que vem é que as secretarias econômicas do governo fluminense deverão partir para uma avaliação mais minuciosa das perspectivas da Operação Desmonte, juntando a isto as expectativas em torno da reforma tributária a nível de Constituinte.

R.G. DO NORTE

Ainda na expectativa

Melhorar a situação econômico-financeira do Estado, permanecer igual ao atual quadro ou a falência do Estado. Estas são as três perspectivas, na opinião do coordenador-geral da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Norte, Adilson Gurgel de Castro, em relação ao repasse de encargos que o Governo Federal deverá fazer aos estados a partir do próximo ano. Segundo declarou, a Operação Desmonte e a nova realidade tributária, estabelecida pela Assembleia Nacional Constituinte, poderão acarretar um ônus grande para o Estado, caso os recursos não sejam suficientes para manter os programas, projetos e obras que deverão ser repassados.

O governador do Estado encontra-se na expectativa, aguardando as decisões do Governo Federal, para posteriormente analisar e planejar as metas dentro da nova realidade, "à qual o Estado terá que se adaptar, que por sinal não deverá ser muito diferente da atual, quando já se tem um elevado custo de manutenção, sem qualquer recurso próprio para investimento".

Adilson Gurgel declarou que como não se tem ainda ideia do que a União repassará para os estados, o jeito é torcer para que os encargos não sejam maiores que os recursos, o que fatalmente causará um total desequilíbrio na economia de cada um.

R.G. DO SUL

Reação cautelosa

A reforma tributária sempre foi uma das principais preocupações dos políticos gaúchos e uma das maiores reivindicações do Estado, que sempre se considerou discriminado pelo Governo Federal. Por isto, seria de se esperar que a reforma tributária decidida pela Constituinte fosse muito bem recebida no Rio Grande do Sul. Entretanto, a reação ainda é cautelosa, já

que, além dos recursos, virão novos encargos, que o Estado terá dificuldade para administrar. A tendência de que setores importantes, como a educação e saúde, sejam municipalizados, preocupa, porque estas áreas requerem grandes montantes em recursos, que podem superar o que será repassado pela reforma tributária.

O Estado ainda não tem noção de quais os encargos que terá que administrar a partir do próximo ano e o quadro completo só virá após a elaboração do próximo orçamento geral da União, com os cortes provocados pela Operação Desmonte. No entanto, já se sabe que haverá a transferência para o Estado de setores importantes, como educação e saúde.

O maior receio dos políticos gaúchos é que o Governo Federal compense a perda de recursos da União com a suspensão de obras e programas de auxílios federais aos estados. Estas verbas repassadas são parte fundamental do balanço financeiro de um Estado como o Rio Grande do Sul, onde grande parte da arrecadação própria é consumida só com a máquina estatal, especialmente com o funcionalismo.

RONDÔNIA

Em busca de saídas

O governador Jerônimo Santana retornou de Brasília neste final de semana muito preocupado com a Operação Desmonte. Tanto é que ele passou por Cuiabá, onde conversou com o governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, para avaliarem os efeitos da mudança, buscando soluções para os problemas que fatalmente afetarão os dois estados.

Jerônimo Santana não tem dúvidas de que os cortes de recursos vão dificultar a execução de programas e projetos de estados e municípios cujas arrecadações não são significativas. E o caso de Rondônia, por exemplo, que por não estar recebendo os recursos previstos na lei complementar que criou o estado, tem sido obrigado a se endividar para executar programas nas áreas de educação, saúde, transportes, energia, saneamento e de outros que são de competência da União. Para Jerônimo Santana, os municípios também serão profundamente afetados pela Operação Desmonte, porque os estados têm que lhes repassar os efeitos dos cortes.

Já o secretário da Fazenda, Erasmo Garanhão, vê a nova sistemática sob outra ótica. Conforme revelou recentemente, os estados e municípios têm que buscar alternativas de arrecadação, apertando os sonegadores, a fim de atender às suas necessidades. Garanhão considera também que os governadores e prefeitos não vão mais precisar perambular de pires nas mãos pelos corredores dos ministérios de Brasília em busca de recursos. E mais: com o dinheiro passando por poucas mãos, os governos estaduais e municipais vão poder controlar com maior rigor a aplicação do dinheiro público, reduzindo a corrupção.

SÃO PAULO

Finanças sob controle

A transferência de encargos da União para o governo de São Paulo não prejudicará a elaboração do novo orçamento estadual de 1989, estimado em Cz\$ 3,5 trilhões, cerca de 9 bilhões de dólares, conforme dados do secretário do Planejamento, Frederico Mazzucchelli. Segundo ele, o Estado não depende tanto de transferências federais, excetuando-se a cota estadual do salário-educação. "Basicamente, o Estado executa obras com recursos próprios e é independente nas operações de crédito e financiamento", explicou Mazzucchelli. "A Operação Desmonte vai afetar basicamente os estados que dependem mais de recursos do Governo Federal, o que não é o caso de São Paulo".

O processo orçamentário estadual, ainda em elaboração, foi estimado com base no orçamento do ano passado, fixado em Cz\$ 768 bilhões e multiplicado por uma correção inflacionária de 400 por cento. Mesmo assim, o secretário avalia que Cz\$ 3,5 trilhões serão um valor pequeno, pois acredita numa inflação superior até o final do ano. Apesar de não haver maiores preocupações com a Operação Desmonte, o quadro financeiro atual apresenta reais dificuldades a serem resolvidas. Houve uma queda real do ICM acumulado em 11 por cento, de janeiro a julho. Ao mesmo tempo, as operações de financiamento estão proibidas pelo Governo Federal, em virtude da resolução 1469, considerada "insensata" por Mazzucchelli. Também estão proibidas as operações de dívida imobiliária e colocação de OTPs (Obrigação do Tesouro Paulista).

O governador Orestes Quércia disse que não fará qualquer mobilização política contrária à aprovação do orçamento da União, pois, na sua opinião, não afetará em nada a política adotada em programas sociais. "São Paulo tem liberdade para definir sua política estadual", afirmou. Com a Operação Desmonte, não teremos subordinações às decisões do Governo Federal.

S. CATARINA

Impacto em estudo

Os reflexos da Operação Desmonte ainda não estão bem identificados em Santa Catarina. Um grupo de técnicos designado pelas secretarias da Fazenda e do Planejamento está estudando o impacto sobre o orçamento estadual para 89. Até o próximo dia 31 de dezembro a solução terá que ser necessariamente apresentada, pois o orçamento será remetido à Assembleia Legislativa. O único dado elaborado pela Secretaria do Planejamento indica que com a descentralização aprovada pela Assembleia Constituinte haverá um aumento de 6 por cento sobre os 131 milhões de OTN previstos.

Avisado pelo próprio ministro João Batista de Abreu, o secretário de Planejamento, Roberto Ferreira, disse que ainda n-ao existe uma definição sobre os encargos que a União pretende transferir. "O que estamos fazendo é promover a Operação Desmonte no nosso próprio orçamento. Através dela, os municípios que terão um aumento de receita de 40 por cento com a reforma tributária receberão também alguns encargos". Ferreira citou como exemplo a responsabilidade sobre ginásios de esportes e postos de saúde mantidos em algumas cidades. Ele considerou acertada a idéia de privatizar algumas empresas estatais.

Para o município de Florianópolis, capital do Estado, o secretário local de Planejamento, Mário Vieira, informa que os cortes não reduzirão em praticamente nada os recursos que a cidade vem recebendo atualmente. Apenas uns poucos recursos vindos de ministérios.

SERGIPE

Problemas à vista

O secretário do Planejamento, José Carlos Oliveira, foi enfático ao afirmar que o governo de Sergipe não terá condições de arcar com os encargos a serem repassados pela União para a sua responsabilidade, quando da efetivação da reforma tributária que entrará em vigor com a promulgação da nova Constituição. Segundo ele, não é apenas Sergipe, mas todos os estados de pequeno porte passarão por dificuldades.

Ele disse que grande parte dos investimentos efetuados no Estado tem como origem de recursos o Governo Federal. Caso este canal seja suspenso de uma hora para outra, o governo estadual será afetado em investimentos básicos à população como saúde, educação e transporte, e até mesmo na infra-estrutura agrícola. José Carlos lembrou, entretanto, que a reforma tributária é desejável e foi acalentada durante muitos anos, "mas com a Operação Desmonte, esta reforma pode não gerar resultados positivos que estavam sendo estimados".

O secretário citou como exemplo, o Projeto Nordeste, cujo financiamento externo foi feito através da União para programas de desenvolvimento rural na região. Com a Operação Desmonte, na sua opinião, proposta de maneira imediata e sem negociação, fica impossível para os estados implantarem o projeto por que não teriam condições de cobrir os 60 por cento do financiamento, exigido pelo agente financeiro. "Inclusive, os estados que não apresentarem condições de cobrir estes 60 por cento, não podem nem sacá-los, afetando desta forma o fluxo de recursos externos".

EQUIPE

ACRE — DILMA TAVARES
ALAGOAS — RAIMUNDO GOMES
AMAZONAS — WILSON NOGUEIRA
BAHIA — ANTÔNIO SAMPAIO
CEARÁ — PAULO ERNESTO
ESPIRITO SANTO — RITA TRISTÃO
GOIÁS — VALDIR MORGADO
MARANHÃO — ESTER MARQUES
MATO GROSSO — PEDRO PINTO
MATO G. DO SUL — ADILSON TRINDADE
MINAS GERAIS — ROGÉRIO PEREZ
PARÁ — SÉRGIO PALMQUIST
PARAÍBA — EVANDRO NOBREGA
PARANÁ — LUIZA TARANTO
PERNAMBUCO — NIVALDO ARAÚJO
PIAUI — ZOZIMO TAVARES
RIO DE JANEIRO — SÉRGIO COSTA
RIO G. DO NORTE — ZEINAIDE CASTRO
RIO G. DO SUL — GUSTAVO KRIEGER
RONDÔNIA — NELSON SEVERINO
SÃO PAULO — FERNANDO PORTO
SANTA CATARINA — LUIZ CARLOS CANCELLIER
SERGIPE — OFÉLIA ONIAS